

Setembro 2021

Privatização dos Correios



Correio público ou privado? Entenda as mudanças da privatização dos Correios

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC) é uma empresa pública federal com 52 anos de existência. Trata-se de um sistema de entrega de correspondências e distribuição de encomendas em todo o território nacional, além de prestar serviços de apoio ao Governo em todas as esferas. Apesar de a empresa ter sido fundada em 1969, os serviços postais remontam o Império e apresentam 358 anos.

Embora a primeira carta enviada ocorreu em 1500 por Pero Vaz de Caminha, foi em 1663, no período colonial, que as atividades de serviços postais iniciaram no Brasil. Nesse início, chamava-se Correio-Mor da Capitania do Rio de Janeiro e seu objetivo era facilitar as trocas de correspondências entre Brasil e Portugal.

Mas foi somente em 1969 com a fusão dos Correios-Mor com os Telégrafos que a empresa se tornou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, autarquia federal vinculada ao Ministério das Comunicações. E foi a partir de então que se deu início a sua modernização com a finalidade de oferecer serviços com maior qualidade e atender à crescente demanda. A alteração representou uma profunda mudança no modelo de gestão postal brasileiro para torná-lo mais eficiente.

A história dos Correios acompanha o progresso brasileiro e as mudanças dos tipos de serviços oferecidos, desde o envio das primeiras cartas, passando pela criação do código de serviço postal (CEP), até a modernização tecnológica com atual sistema de rastreamento de entregas e correspondências. Soma-se a isso a consolidação e ampliação de seu papel social como prestador de serviços públicos.

Todavia, a empresa apresentou problemas operacionais, conhecida como “Crise dos Correios” no início dos anos 2000. Mas foi após quatro anos seguidos de prejuízos – 2013, 2014, 2015 e 2016 – que a privatização começou a ser cogitada. Entretanto, em 2017, essa ideia foi abandonada tempo-

ariamente, em razão de medidas de contenção de despesas e do lucro obtido naquele ano. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro declarou a intenção de privatizar a empresa

As privatizações no Brasil

A privatização é o processo de venda de empresas públicas ou a transferência de controle acionário de empresas de economia mista para investidores e corporações privadas.

As privatizações no Brasil iniciaram-se a partir dos anos 1990 e ocorreu em diversas administrações e representam uma mudança no papel do Estado, até então predominante, na atividade econômica. Entretanto, foi no regime militar (1964-1985) que a economia atingiu seu mais alto grau de estatização, bancados por empréstimos no exterior, criando grande dependência ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e com comprometimento do orçamento.

Consoante a isso, a recomendação de privatizações ocorreu pela Secretaria de Controle de Empresas Públicas (SETS) na década de 1980 em razão das dificuldades econômicas do Estado.

Nesse período, surgem as tentativas de estruturar privatizações de estatais, que faziam parte da reforma do Estado, que tinha como finalidade diminuir o papel do poder público (diminuição do tamanho e das atribuições do Estado) e oferecer condições aos capitais externos e investimentos de multinacionais no Brasil (abertura econômica), além de dinamizar a administração das empresas. Desde então, privatizações e concessões vêm ocorrendo, em maior ou menor grau, em praticamente todos os governos.

Agenda de privatizações do atual governo

O governo Jair Bolsonaro foi eleito com a promessa de uma agenda cheia de privatizações, que prometiam trazer investimentos para o país. Desde o seu início, essas privatizações parecem estar andando a

a passos lentos e a primeira delas que foi aprovada nas casas legislativas foi a da Eletrobrás, seguida pela dos Correios.

Atualmente, há 15 ativos que estão em processo de desestatização, entre eles estão Dataprev, Ceasaminas, Codesa e os próprios Correios e Eletrobrás.

Além disso, já houve inúmeros desinvestimentos feitos tanto pelas próprias estatais, como pelo ministério da infraestrutura, e ainda há, na agenda, mais 23 para serem realizados, sendo estes, em sua maioria, parques eólicos.

Como é o projeto de privatização dos Correios

Através do Projeto de Lei (PL) 591/21, a câmara dos deputados autorizou que o governo privatize a Empresa de Correios e Telégrafos. Mas, este processo não é nada simples e deve ser realizado com cuidado.

O projeto modifica, por exemplo, a função da Anatel, que passará a regular, também, os serviços postais e assegurará as metas de universalização e de qualidade destes serviços.

Houve uma divisão em duas categorias de serviços, sendo elas a de operador postal e outra de operador postal designado. Este, é assegurado pela Constituição Federal como monopólio e o projeto diz que quem arrematar os Correios durante o leilão terá de operar com exclusividade durante cinco anos, podendo ou não ter esse período prorrogado.

Além disso, as tarifas terão reajustes periódicos e serão diferentes geograficamente, tendo como base o custo do serviço, renda dos usuários e indicadores sociais. Havendo também a criação de uma tarifa social para os que não tiverem condições econômicas de pagar pelos serviços.

Quanto às agências, será proibido o fechamento das agências que são consideradas essenciais para a prestação do serviço universal, ou seja, que atende as áreas

mais afastadas e mais desfavorecidas social e economicamente.

Por fim, os trabalhadores não poderão ser dispensados sem justa causa durante os próximos 18 meses após a privatização, além de terem disponível um plano de demissão voluntária, tendo direito a 12 meses de remuneração e manutenção do plano de saúde e requalificação profissional.

Em qual estágio está o Projeto de Lei

Apesar de a entrega do texto em fevereiro, por parte do governo, a câmara só conseguiu aprová-lo no dia 5 de agosto, ainda que estivesse em regime de urgência (aprovado em abril), ou seja, não teve de passar por nenhuma comissão antes de chegar ao plenário.

Após tal aprovação, o texto foi encaminhado para o Senado, onde deve tramitar por mais alguns dias, sofrendo algumas modificações e com pequenas chances de que os votos desfavoráveis superem a maioria a favor.

Depois da aprovação do Senado, o texto irá para a sanção presidencial, onde também pode sofrer alterações, sendo que o presidente pode vetar partes do texto e, com certeza, deve ser auxiliado pelo ministro da economia, Paulo Guedes, e sua secretaria de desestatização.

Após tal sanção, a verdadeira privatização pode ser iniciada, respeitando, claro, as emendas colocadas no projeto, durante a tramitação.

Quais são os pontos favoráveis à privatização?

Como o cenário político do Brasil ainda é muito conturbado, é necessário uma discussão só não no executivo e legislativo como entre nós, cidadãos. Por isso, é necessário verificar ambas as opiniões e as favoráveis são, principalmente, baseadas em tais argumentos:

- Escândalos de corrupção dentro do governo;
- Todos os cargos de direção da empresa são ocupados por indicações políticas, mostrando descompromisso com a gestão e alicerce para “cabides de emprego”;

- Os prejuízos registrados pela estatal entre 2012 e 2016;
- Ineficiência dos serviços oferecidos pelos Correios.

Quais as críticas da privatização?

Enquanto a base do governo afirma que a venda dos Correios irá modernizar os serviços postais e diminuirá a burocracia, deputados contrários à venda irão recorrer à Justiça e tentarão persuadir os senadores a não aprovarem o texto. Segundo a oposição, a estatal traz diversos benefícios (Figura 1) - gera lucros, presta serviços em todas as regiões do país, recebe prêmios mundiais e é um dos maiores patrimônios da população -, sendo a sua privatização prejudicial ao serviço e à população. O monopólio estatal sobre os serviços postais é assegurado pela Constituição Federal no seu art. 21, inciso X: “Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional”. Nesse sentido, os opositores e até mesmo o Procurador Geral da República, Augusto Aras, alegam que a venda da estatal pode ser considerada inconstitucional.



Figura 1: Benefícios da privatização
Fonte: Autoria Própria

Ademais, é importante analisar a situação dos quase 100 mil funcionários da empresa que terão seus empregos ameaçados. O controle da empresa pela iniciativa privada visa primordialmente o lucro, por isso o corte de custos é uma das primeiras medidas a ser tomada pela empresa. Nesse corte, serão demitidos empregados públicos para serem substituídos por funcionários terceirizados, já que representam uma mão-de-obra mais barata. Isso ocasionará a precarização do trabalho e o desemprego de milhares de pessoas, aumentando o desemprego no país - que já bate recordes nesse momento de crise econômica. De acordo com Marcos Cesar Alves Silva, vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), o texto do projeto não é suficiente para assegurar garantias efetivas para os atuais trabalhadores após a privatização. Além disso, a Adcap é autora de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do projeto de lei.

Nota técnica emitida no dia 3 de agosto de 2021 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diesse) aponta contradições nos argumentos do governo para privatização, por meio de análises da situação econômica da estatal. Segundo o estudo, a ECT tem investido em ampliação de capacidade e modernização e inovação tecnológica ao longo dos anos (Gráfico 1). Outro dado que consta no relatório, é o aumento contínuo da receita da estatal e o aumento do lucro nos últimos anos (Gráfico 2).

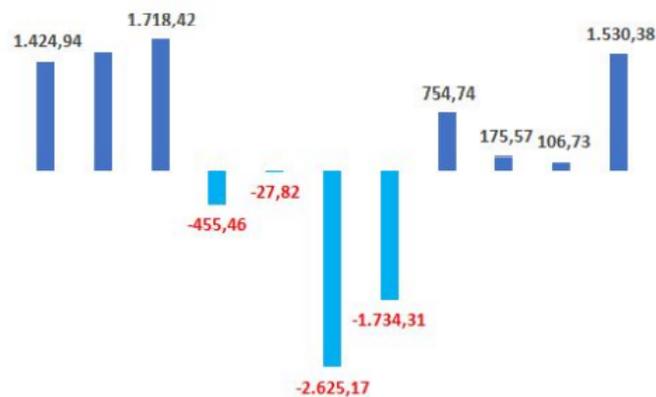


Gráfico 2: Resultado Líquido do Exercício (RS Milhões)
Fonte: Diesse

O Diesse acredita que a venda dos Correios está ligada a oportunidade de negócio privado em vez de ter relação com a melhoria da qualidade dos serviços ou com a situação financeira da empresa - como alegam os ministros do governo. A enorme estrutura logística, que os Correios construíram ao longo de sua história, atrai fortemente a iniciativa privada que enxerga benefícios no negócio.

Outra preocupação com a medida é o serviço prestado que poderá piorar com o controle da iniciativa privada. A empresa estatal presta um serviço de extrema importância à população e ao desenvolvimento socioeconômico, sendo a responsável pela universalização dos serviços postais, além de estar presente em todas as regiões do país, integrando todo o território do país. Além da comunicação postal, a estatal distribui vacinas, é responsável pela entrega dos exames do ENEM, entrega de materiais didáticos nas escolas públicas e promoção da igualdade nacional. Nessa perspectiva, o Diesse afirma que a privatização promoverá um “apartheid econômico”, dificultando o acesso dos brasileiros aos serviços postais. Com a venda, a empresa deixará de pertencer ao povo e de promover a cidadania para pertencer a acionistas de empresas privadas que visam a geração de lucros. Ademais, a maior parte dos países não libera 100% desse tipo de serviço para o setor privado, devido ao seu caráter estratégico que é fundamental para evitar riscos aos cidadãos e, até mesmo, à segurança nacional. Outro ponto a ser destacado é que o Brasil é um dos países que oferecem uma menor tarifa básica para seu serviço, possibili-



Gráfico 1: Investimentos (RS Milhões)
Fonte: Diesse

tando o acesso a todas população brasileira - graças ao seu modelo de negócio - o que não será garantido pela iniciativa privada.

Afinal, a privatização dos Correios sairá do papel?

O projeto de lei segue pendente de votação no Senado e durante este processo, opositores seguem fazendo pressão para que a proposta seja vetada, enquanto os favoráveis à medida tentam assegurar a sua aprovação, para que os Correios possam ser vendidos - em sua integralidade - à iniciativa privada. Conforme exposto, o processo de privatização e desestatização do Estado é uma tendência adotada por políticas neoliberais e sempre encontra barreiras advindas dos opositores, que no caso dos Correios, possuem um argumento forte de inconstitucionalidade do projeto de lei. Entretanto, o governo Bolsonaro já conseguiu outras aprovações de sua agenda liberal, a exemplo da privatização da Eletrobrás que foi aprovada pelo Senado em junho deste ano. Portanto, a privatização dos Correios ainda será discutida pelos senadores e se aprovada, a estatal poderá ser vendida à iniciativa privada sem impedimentos.

Artur de Arruda Campos
Maria Carolina Dias Carreira
Mariana Guilherme Arantes

Disclaimer

Avisos – As informações contidas nesse artigo foram obtidas de fontes abertas ao público em geral, mas consideradas pelo(s) membro(s) da Liga do Mercado Financeira como confiáveis e fidedignas. A Liga do Mercado Financeiro não responde legalmente com nenhum tipo de garantia, uma vez que este artigo tem apenas fins fidáticos e não consiste de forma alguma como recomendação ou análise de um profissional.